Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

Senhor Pregoeiro,

Zero Meia Um Comunicação Integrada, pessoa jurídica de direito privado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente Ação de Nulidade de Processo Licitatório por Inexequibilidade de Preços, com fulcro nos artigos 54, inciso XXV, e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93, em face do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil de Goiás CAU-GO, pessoa jurídica de direito público interno, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:
I - Dos Fatos
A requerente participou do processo licitatório 01/2023, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na gestão e realização de eventos institucionais. O edital previa que a proposta de preços deveria ser apresentada em conformidade com o Termo de Referência e o Memorial Descritivo, que detalhavam as especificações técnicas e os quantitativos do objeto licitado.

A requerente, em conjunto com as demais licitantes, apresentou proposta de preços condizente com as especificações técnicas e os quantitativos exigidos pelo edital. Contudo, a Empresa vencedora do certame ofereceu valor inexequível para a prestação do trabalho, sendo o valor 50% inferior do proposto pela própria média do Orgão proponente. Ora, na fase de análise das propostas, foi questionado se o representante da Empresa conseguiria honrar com tal compromisso e o mesmo alega que sim, porém detalhes do edital comprovam que tal valor não supre a demanda descrita, visto que serão eventos feitos em Hotéis em Goiânia com valores superiores ao oferecido e o preço ofertado está abaixo do mercado e que, portanto, não se enxerga viabilidade de cobrir os custos da execução do contrato.
Reforçamos também que no edital não há garantia para a execução do contrato, argumento que pode reforçar o prejuízo da Administração Pública na contratação.

É importante ressaltar que a inexequibilidade de um contrato ocorre quando as obrigações previstas no contrato são impossíveis de serem cumpridas pela parte contratada, seja por motivos técnicos, financeiros ou operacionais. A contratação de serviços inexequíveis, portanto, pode trazer inúmeras desvantagens e prejuízos para as partes envolvidas e pode resultar em atrasos na execução do projeto ou serviço, além de possíveis interrupções e até mesmo a paralisação total do mesmo. Isso pode levar a perdas financeiras significativas, bem como a danos reputacionais para as empresas envolvidas.

Reiteramos que a contratação de serviços inexequíveis pode resultar em litígios judiciais e disputas contratuais prolongadas, que podem se arrastar por anos, aumentando os custos legais e comprometendo a efetividade da Justiça. Em muitos casos, pode ser necessária a rescisão do contrato, o que pode levar a disputas de indenização e perdas financeiras significativas.

Por fim, é importante ressaltar que a contratação de serviços inexequíveis pode afetar negativamente a economia como um todo. Isso ocorre porque, em muitos casos, esses contratos são financiados com recursos públicos, o que pode levar a perdas financeiras para os investidores e para a sociedade em geral.

Reiteramos que pelo valor oferecido há impossibilidade visível no cumprimento do serviço.

Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que julgue procedente o presente recurso e tome as medidas necessárias para evitar a contratação de serviços inexequíveis.

Fechar